

O NOVO PARADIGMA DA ARQUIVÍSTICA : UM ESTUDO DE CASO

Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto

Arquivo Municipal de Vila do Conde
Rua da Igreja
4480-754 Vila do Conde
Tel: 252248400
E-mail: manuela.pinto@cm-viladoconde.pt

RESUMO

Da publicação do manual dos Holandeses, em 1898, até à actualidade assistimos, por um lado à consolidação dos princípios paradigmáticos da Arquivística (o “princípio da proveniência” e o da “ordem original”) e, por outro, à crise provocada pela vaga incorporacionista que, associada à evolução tecnológica, ao fenómeno da “explosão documental”, à afirmação do conceito de informação, aos novos enquadramentos gerados pela “Sociedade da Informação”, geraram rupturas quer ao nível dos depósitos quer ao nível dos conceitos. Aparecem, assim, estruturas artificiais como o “arquivo intermédio”, teorias como a das “três idades” do documento, conceitos como o de “valor primário” e “valor secundário” do documento, “*records management*” e “pré-arquivo”, contrapostos ao de “*archival administration*” e “arquivo” (histórico). Da sua aplicação, resultaram rupturas *antinaturais* nos arquivos, com o acentuar da vertente tecnicista de uma disciplina que, ainda no início do séc. XX, se havia autonomizado e libertado do estatuto de “ciência auxiliar” da história. Encontramo-nos, assim, num novo ponto de viragem em que procuramos afirmar a Arquivística como uma Ciência da Informação, cujo objecto, a informação social, tem características e atributos, passíveis de cognoscibilidade, com recurso a uma metodologia que procura cada vez menos estabelecer e impor regras operativas e cada vez mais compreender, interpretar e explicar o fenómeno e o processo informacional, para depois apresentar as soluções mais adequadas. Partindo de uma fundamentação epistemológica e de novos conceitos operatórios, realizamos o estudo de um caso, “O sistema de informação/arquivo da Câmara Municipal de Vila do Conde”, um estudo entre os muitos que, de forma científica, validarão/refutarão os princípios/leis do novo paradigma científico-informacional da arquivística, e que, considerando o arquivo na sua dimensão sistémica inclui, para além dos procedimentos técnicos, a estrutura e os agentes que geram, manipulam e controlam a informação, assumindo o arquivista o papel de sujeito agente/observador.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística; Ciência da Informação; sistema de informação; arquivo; arquivo municipal; estudo de caso.

O PARADIGMA CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Em 1898, o manual publicado pelos holandeses S. Muller, J.H Feith e R. Fruin [1], marcou o início de uma nova era para os arquivos. Decorrendo estes da actividade do Homem em sociedade e da necessidade que este tinha, e

tem, de registar os seus actos e pensamentos num determinado suporte e através de um determinado meio (por ex. a escrita), com o objectivo de criar memória, desde há milénios que eles existem com o fim de conservar, organizar e facilitar o uso dessa informação, reflectindo quer a estrutura que os criou quer as vicissitudes de que foram objecto. No final deste séc. XIX, e não esquecendo todas as condicionantes que o caracterizam (correntes como o Positivismo, a erudição histórica), encontramos uma Arquivologia fortemente ligada à ideia de disciplina auxiliar da história. Após 1898, aquela dará lugar a uma Arquivística caracterizada pelo predomínio indiscutível da vertente tecnicista, que lhe permitirá obter uma gradual autonomia face às disciplinas a que, até então, estivera ligada.

Actualmente, vemo-nos confrontados com novas propostas, resultado do sinuoso caminho percorrido ao longo destes 100 anos, durante os quais assistimos, por um lado à consolidação dos princípios paradigmáticos da Arquivística (o “princípio da proveniência” e o da “ordem original”) e, por outro, à crise provocada pela vaga incorporacionista que, associada à evolução tecnológica, ao fenómeno da “explosão documental”, à afirmação do conceito de informação, geraram rupturas quer ao nível dos depósitos quer ao nível dos conceitos. Aparecem, assim, estruturas artificiais como o “arquivo intermédio”, teorias como a das “três idades” do documento, conceitos como o de “valor primário” e “valor secundário” do documento, “*records management*” e “pré-arquivo”, contrapostos ao de “*archival administration*” e “arquivo” (histórico). Da sua aplicação, resultam rupturas *antinaturais nas estruturas sistémicas que desde há milénios se afirmavam como entidades diacronicamente indissociáveis e com uma linha evolutiva única* [2].

Contudo, a teorização arquivística desperta para áreas como a gestão documental, a avaliação, selecção e eliminação de documentos, os problemas da acessibilidade e comunicabilidade dos mesmos, os efeitos do aparecimento de novos suportes, de novas formas de produção e circulação, a questão da relação documento/informação.

Cem anos de avanços e retrocessos de uma Arquivística de forte pendor técnico e descritivo que exigiram dos arquivistas uma profunda reflexão teórica sobre a essência desta disciplina, sobre o seu objecto e método, sobre a efectiva possibilidade de ser uma ciência, uma ciência da informação social.

Por seu lado a sociedade moderna, com as suas exigências e desafios, reflecte de forma indiscutível a

complexificação da actividade humana, num mundo que, neste início do séc. XXI, se caracteriza pela globalização, pela aplicação e utilização das tecnologias da informação e redes de comunicação, pela necessidade extrema e imperiosa de aceder à informação de uma forma rápida, eficaz e eficiente com um nível de qualidade e pertinência que ditará a integração plena na *Sociedade da Informação* ou o afastamento inexorável com o engrossar das fileiras do grupo dos info-excluídos.

A expressão *Sociedade da Informação* refere-se, assim, a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das organizações, através das novas tecnologias da informação e da comunicação, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. O domínio da informação lidera a evolução, sendo os sistemas da sociedade, humanos ou organizacionais, basicamente pensados como “sistemas de informação” e rapidamente transformados em “sistemas de conhecimento”.

O processo informacional arquivístico reflecte necessariamente esta realidade, assumindo o arquivista, profissional da informação, um papel de extrema importância numa parceria que terá que envolver, entre outros, os colegas da Informática, das Ciências Sociais e da Administração, de Organização e Métodos. O seu objecto de trabalho, o arquivo, *emerge, sistémico, do fenómeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria acção humana centrada na sociedade e geradora aí da fenomenalidade informacional*[3].

A realidade que se nos apresenta é muito mais do que a mera soma do *conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova e informação, com a instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação dos documentos de arquivo* [4]. Do conceito de fundo, redutor e estático, chegamos muito naturalmente ao conceito de Sistema de Informação no qual se interligam o factor estrutura orgânica, o factor serviço/uso e a memória, reflectindo toda a dinâmica e a complexidade da teia de relações, transversais e intersectoriais, verticais e interorganizacionais que caracterizam qualquer sistema produtor. Afirma-se o *Arquivo Total*, sistema (semi)-fechado (nasce como um sistema mais ou menos fechado, desenvolve-se, diversifica-se, tendendo gradualmente para a abertura), orgânico-funcional de informação social, o qual, possuindo uma estruturação interna e dinâmica própria, interage permanentemente com outros sistemas correlativos (político-económicos, jurídico-administrativo, cultural, etc.) que coexistem na realidade envolvente[5].

O primado do fazer cede lugar ao do conhecer, *não através de um dispositivo metodológico fragmentário*

virado só para a componente funcional serviço, isto é, transferência e recuperação de informação, mas através de um dispositivo coeso, retrospectivo e prospectivo, capaz de problematizar em torno de leis formais ou princípios gerais, a actividade humana e social implicada no processo informacional arquivístico [6]. O conhecimento de um arquivo já não se esgota na aplicação de técnicas e procedimentos padronizados (ordenar, descrever a forma e o conteúdo dos documentos, instalá-los e cotá-los), ou na apresentação descritiva do inventário ou catálogo.

A Arquivística apresenta-se-nos como *uma ciência da informação social que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi)-fechados), quer na sua estruturação interna e dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente*[7].

A análise do objecto será feita em função de dois factores essenciais: a respectiva estrutura orgânica (factor organicidade) e a função serviço/uso que lhe é inerente (factor funcionalidade), agora considerada como uma de várias componentes, não se confundindo com o próprio sistema. A sua configuração poderá ser a de uma estrutura do tipo unicelular (estrutura organizacional de reduzida dimensão) ou pluricelular (incluindo já subsistemas dotados de certa autonomia orgânico-funcional), assumindo, ao nível da funcionalidade, a forma de um sistema centralizado (controlo da informação a partir de um único centro), descentralizado ou ainda especializado (nos casos em que não existe um regular funcionamento ou actividade da entidade produtora). A permanente interacção dos dois factores é um aspecto fundamental e, como tal, deve ser apreendido e compreendido, nunca esquecendo que a informação que flui no nosso sistema contém a funcionalidade (existe para ser recuperada) e é moldada pela estrutura que a produziu[8].

Na linha do modelo topológico proposto por Paul de Bruyne e outros para as Ciências Sociais, o método a aplicar afirma-se e tende a consolidar-se por uma dinâmica de pesquisa quadripolar, *concebida para conhecer/interpretar, explicar/gerir informação*[9], composta pelos pólos epistemológico, teórico, técnico e morfológico[10], numa interacção permanente, e na qual se conjugam abordagens quantitativas com abordagens qualitativas.

Tendo presente todo o desenvolvimento teórico e institucional relacionado com a Arquivística (pólo epistemológico), partindo duma perspectiva de racionalidade indutiva e tomando como referência um contexto teórico baseado num novo paradigma constituído pelas leis ou princípios da acção estruturante, integração sistémica, grandeza relativa e da pertinência (pólo teórico), propusemo-nos fazer o estudo de um caso, tentar conhecer uma realidade arquivística, um fenómeno informacional que *se oculta nas suas materializações sistémicas - fechadas e abertas - formadas no tempo*[11] que tende a ser “irrepetível e único”, mas que também nos permitirá aferir da validade das leis ou princípios gerais formuladas e, se necessário, da sua reformulação (pólo técnico). Recolhidos os dados, procedemos à sua avaliação procurando tipificar a estrutura que tínhamos

perante nós (avaliação retrospectiva), antecipando potenciais alterações, quer no que toca ao seu contexto orgânico (de produção), quer na sua orientação funcional (de serviço), analisando a rede de circuitos por onde fluía a informação, as alterações provocadas pela recente informatização dos serviços, os instrumentos que permitiam transferi-la, recuperá-la e difundi-la. Com a apresentação dos resultados da investigação levada a cabo, e a exposição de todo o processo de investigação desenvolvido, geramos conhecimento sobre o mesmo, criamos a plataforma para o arranque do projecto de *Gestão Integrada do Sistema de Informação da Câmara Municipal de Vila do Conde* (pólo morfológico).

O ESTUDO DO CASO "SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE"

Na Administração Pública verificamos a existência de um enquadramento de modernização administrativa através do qual se pretende a aproximação da administração aos cidadãos, simplificando procedimentos e implementando sistemas para a gestão e divulgação da informação administrativa, assim como a adaptação e aperfeiçoamento dos sistemas internos de gestão, organização e funcionamento dos serviços segundo princípios de economia e eficácia, enquanto que o Código do Procedimento Administrativo consagra o direito à informação, à participação dos cidadãos, à transparência e abertura da administração.

No âmbito da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação, foi publicado o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, com propostas de cariz global e sectorial a aplicar a curto, médio e longo prazo, a que se seguiu toda uma série de medidas direccionadas ao comércio electrónico, ao regime jurídico dos documentos electrónicos e assinatura digital, à criação de *intranets*, envolvendo os serviços com ligações significativas, à publicitação na *Internet* de informações relativas aos actos administrativos. Afirma-se a posição segundo a qual *as novas condições tecnológicas permitem substituir o procedimento típico do ciclo anterior, em que os cidadãos tinham que requerer à Administração acesso aos seus arquivos, por um novo modelo em que os arquivos digitais são abertos em redes electrónicas, para que os cidadãos deles livremente se sirvam em função das suas necessidades*[12].

No universo das Autarquias Locais, a ausência de uma política arquivística coerente, até há poucos anos, proporcionou o aparecimento de grandes massas documentais acumuladas e a desorganização do sistema. Os problemas detectados, quer na estruturação dos processos, quer na tramitação e recuperação da informação, advêm do facto de não ter existido, na generalidade dos casos, uma verdadeira política de gestão de documentos/informação com o natural envolvimento da fase inicial de produção e de circulação administrativa.

De facto, não podemos esquecer que as bases do Sistema de Informação de uma estrutura organizacional são constituídas, entre outras, pelo Arquivo e respectiva rede de serviços e gestão de informação, por um sistema informático e rede de comunicações. Se durante longos

anos os Arquivos Municipais foram olhados essencialmente na perspectiva histórica e cultural, encontramos-nos actualmente confrontados com a indiscutível emergência de um *sistema de informação* uno e indivisível, cuja gestão integrada, desde a produção até à sua conservação definitiva, se torna indispensável para a formação e racionalização das decisões públicas, para a eficiência e eficácia do serviço a prestar à Administração, aos agentes económicos e sociais, aos cidadãos. A regeneração do sistema de informação autárquico só conseguirá ser bem sucedida se contar com uma efectiva cooperação entre o Arquivo, os serviços e o público, definido que está o objectivo a atingir: conhecimento da estrutura produtora e seus objectivos, controlo e optimização da produção documental/ informativa, sua circulação, organização, recuperação e difusão.

Neste contexto, elegemos como objecto de estudo o Arquivo da Câmara Municipal de Vila do Conde. Começamos, no ano de 1998, por conhecer a instituição *Câmara Municipal de Vila do Conde*, a sua estrutura, formação e a evolução que teve ao longo dos séculos (enquadrada, como não poderia deixar de ser, na evolução da própria cidade) e como é actualmente. Da actividade por ela desenvolvida resultou uma extensa produção documental que, associada à documentação entretanto recebida no decurso dessa mesma actividade, bem como a adquirida ou doada, se foi acumulando na instituição constituindo importantíssimos sistemas de informação cujas datas extremas se situam entre os séculos XII e XX. A Câmara Municipal é, pois, o exemplo de uma estrutura em plena actividade, dependendo e sendo influenciada por diferentes sistemas, integrando, por sua vez, outros subsistemas, e que vem desenvolvendo, ao longo dos séculos, uma actividade reveladora de uma dinâmica evolutiva que vai do sistema de informação unicelular, centralizado na figura do escrivão da Câmara, elo de transmissão da informação da e para a Vereação, até atingir a configuração de sistema pluricelular e descentralizado, reflexo directo da complexificação administrativa, económica, demográfica, social, enfim da complexificação do produto da actividade do Homem enquanto Ser Social.

Começando por servir os interesses e necessidades da Administração que o produziu, este sistema de informação tende naturalmente a abrir-se não só aos munícipes, fruto de uma administração que se pretende mais aberta e transparente, como também à comunidade educativa, aos investigadores, a todo aquele que se interessa pela história local.

Para a concretização do nosso trabalho socorremo-nos das mais diversas fontes, desde a legislação, regulamentos internos dos serviços, a artigos de jornais e de revistas, teses de licenciatura, de mestrado e doutoramento e, sobretudo, da própria documentação. Foram preciosos os trabalhos de investigação histórica (local e nacional) e de análise demográfica, por exemplo, que tivemos oportunidade de consultar. Os dados recolhidos foram depois confrontados com os que obtivemos da análise da documentação, do que ela nos disse acerca de quem a produziu e porque é que a produziu. Tentamos evitar a aplicação de modelos apriorísticos ou de âmbito geral,

tendo contudo estabelecido comparações com resultados obtidos por outros investigadores em Câmaras diferentes nas mesmas épocas. Concluímos que cada caso é um caso, resultado da integração sistémica em que se enquadra, influencia e é influenciado pelo sistema político, pela conjuntura económica, social e demográfica.

Paralelamente a este percurso retrospectivo, demos início àquele que consideramos o mais difícil mas também o mais importante dos desafios que se colocam ao arquivista contemporâneo, o de conhecer a estrutura de agora, como é, como funciona, como produz a informação, como é que esta circula, etc., etc. Socorrendo-nos da nossa formação arquivística e dos conhecimentos de áreas como a gestão e administração, organização e métodos, modelagem organizacional, entre outros, começamos por elaborar um Questionário dirigido aos serviços. Cedo constatamos que a estrutura definida pela organização já não correspondia à realidade. O Questionário torna-se, mais do que um fim em si mesmo, no ponto de partida para fazermos as correcções à estrutura teórica e, muito mais importante, para criarmos um estreito vínculo entre o administrativo e o arquivista, levando à abordagem de assuntos como o processo de informatização, à análise dos procedimentos existentes, da constituição dos processos.

Ensaíamos a aplicação da técnica do fluxograma representando graficamente os procedimentos/processos, especificando a execução das tarefas, as actividades respectivas e os pontos de decisão, referenciando simultaneamente a dimensão temporal e os intervenientes. Esta revelou-se uma base imprescindível para a necessária reorganização do funcionamento quer dos serviços, quer do próprio Arquivo. É uma atitude de análise mais prospectiva que se impõe face, entre outras, às rapidíssimas alterações tecnológicas que tudo parecem facilitar mas que também muito vêm alterar, e à cada vez maior capacidade de intervenção do poder local, a qual tem um reflexo directo no *boom* de informação a que todos assistimos no universo autárquico.

Tentamos, depois, com base nesta análise construir organigramas para cada um dos períodos por nós considerado como mais significativo. Neles mencionamos o mais detalhadamente possível a estrutura da Câmara, referindo algumas das dependências, directas e indirectas. Sobre eles iniciamos a construção de uma proposta de análise sistémica da estrutura. Uma primeira abordagem do que é possível obter com o estudo de um caso concreto e sem imposição de modelos apriorísticos de classificação.

A organização e gestão do Serviço de Arquivo, sob a dependência directa do Presidente da Câmara, processava-se tendo em consideração três realidades: os Serviços Internos, a Sala de Leitura aberta ao público e a interacção com a comunidade, nomeadamente a educativa. Ao recenseamento da documentação acumulada (mais de 2.500 metros lineares de estante) associou-se a implementação efectiva do controle das incorporações, requisições e consultas, através da construção, no próprio serviço, de bases de dados específicas, as quais proporcionavam, posteriormente, tratamento estatístico mensal, anual, e acumulado, elementos a considerar para a

análise da própria estrutura. Com a decisão de criar a Divisão de Arquivo, integrada no Departamento de Administração Geral e Financeira, e a admissão de pessoal, consolida-se este importante vector do projecto.

Estava, assim, desencadeado um projecto em que o arquivista, o informático, o jurista, os técnicos e funcionários dos diversos serviços são elementos participantes de uma equipa interdisciplinar de extrema importância e com responsabilidade acrescida, dado que se encontram inseridos numa organização em plena actividade. Desde a análise da estrutura organizacional, passando pela identificação e representação dos fluxos informacionais, formas de produção/aquisição, armazenamento e recuperação da informação (incluindo a transferência para suportes digitais do acervo existente), coube-lhes conciliar e garantir um trinómio importantíssimo: a tecnologia, os processos e as pessoas. Do processo de análise e diagnóstico efectuado passou-se à auto-avaliação da organização da qual resultou a identificação dos seus pontos fortes e fracos, definição dos objectivos a atingir e dos sectores e processos prioritários.

A simplificação e racionalização dos procedimentos existentes, o controlo e reajustamento dos fluxos, a tramitação da informação e respectivo tratamento, a reformulação dos modelos de documentos existentes e sua transformação em formato electrónico, assim como a adaptação à necessária desconcentração dos serviços municipais, tendo em vista a sua instalação em condições que correspondessem ao crescimento verificado e às reais necessidades de um atendimento de qualidade ao munícipe, revelaram-se como os pólos de acção imediata.

Como primeira medida procedeu-se ao recenseamento e recolha da documentação acumulada nos serviços e à renovação dos equipamentos informáticos existentes (servidores de *web*, *mail*, e imagem; *firewall*; *jukebox*; *scanners*, etc.), com o apoio de consultores especializados, sendo concebida uma nova rede de comunicações (com ligações digitais dedicadas ponto a ponto), base da *Intranet* local e de acesso à *Internet*. Foi criado o grupo de trabalho para desenvolver o *portal* da Câmara na *Internet* e adoptou-se o correio electrónico e a digitalização dos documentos como um meio célere e eficaz de circulação e acesso à informação, disponibilizada agora em novos suportes informacionais, como seja o disco óptico. Esta acção teve aplicação imediata nas áreas do Planeamento e Gestão Urbanística, Obras Particulares e Loteamentos a que se seguiu a área de Expediente, implementando-se uma solução de Gestão Electrónica de Documentos com um semi-*workflow*, base do encaminhamento e despacho electrónico, e arquivo digital (Planeamento e Gestão Urbanística, Expediente, Actas e Notariado). O registo da recepção e expedição de documentos processa-se, agora, nuns casos de forma centralizada, noutros descentralizada, procurando responder às reais necessidades dos serviços e à sua dispersão física, *alimentando* uma única base de dados e de imagem, a todos acessível, nos termos previstos pela lei. Finda a sua tramitação, embora com acompanhamento desde o início da sua produção, os documentos/informação passam para o controlo do

Arquivo Municipal, independentemente de serem posteriormente requisitados pelos serviços ou consultados pelos cidadãos, completando-se a base de dados de acordo com as normas internacionais de descrição e com a legislação em vigor relativa às questões de acesso e comunicabilidade. Os documentos existentes no acervo e que se apresentavam em piores condições, foram também objecto de digitalização procurando-se preservá-los evitando a manipulação directa pelo público e facultando simultaneamente uma alternativa à fotocópia através da impressão do documento já digitalizado.

Fundamental foi, também, a aquisição pela Câmara, de um imóvel de interesse público, situado no núcleo antigo de Vila do Conde, o qual depois de restaurado, ampliado e com ligação aos restantes serviços da autarquia, constituirá a infra-estrutura base para a instalação do Arquivo Municipal, dotada dos requisitos técnicos e tecnologias da informação e comunicação indispensáveis para a prossecução de um projecto que se pretende que seja de âmbito concelhio. A aprovação da candidatura ao PARAM (Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais) vem reforçar ainda mais todo o projecto.

Seguiu-se a abordagem dos outros Arquivos/Sistemas de Informação existentes no Arquivo Municipal, agora no papel de *arquivo especializado*, partes ainda fragmentárias de todo um conjunto de estruturas organizacionais que interagem de forma directa ou indirecta com a estrutura Câmara Municipal de Vila do Conde, entre as quais se encontravam as Juntas de Freguesia, ou que, pela sua ligação ao concelho, interessava preservar.

Às Juntas foi proposta uma parceria que permitirá, para além do apoio técnico e logístico, transformá-las num ponto de acesso ainda mais próximo do cidadão, beneficiando da ligação por correio electrónico. O trabalho conjunto envolve o diagnóstico de situação (grau de informatização incluído) e o recenseamento da documentação acumulada. Seguir-se-á a formalização de um Protocolo de Cooperação e a criação de um Gabinete de Apoio às Juntas.

Com este projecto pretendemos algo mais do que a simples aplicação de técnicas de recolha, tratamento e difusão de informação. Afirmar a unidade do Arquivo, não estabelecendo divisões artificiais em função do suporte no qual está registada a informação ou da idade do documento, é um dos princípios que preside a todo o nosso trabalho. Conhecer o processo informacional que envolve a sua constituição é um objectivo fundamental, não só para prover à agilização dos procedimentos e à obtenção de maior eficácia administrativa, mas também para saber como recuperar, o que conservar, como difundir. Procuramos, promover e gerir a mudança e a modernização administrativa, implementando em cada uma das fases, e logo que possível, técnicas de auto-avaliação a fim detectar pontos fortes e fracos do projecto e redefinir estratégias, se tal fosse necessário.

Enquanto que a Administração, funcionários e público em geral, no exercício dos seus direitos e deveres, usufruem dum desempenho profissional competente, procuramos

responder, ou pelo menos estar atentos, às alterações que as novas formas de produção, difusão, acesso e uso da informação vêm provocar nos códigos éticos e jurídicos, na cultura e mentalidade das organizações, nas necessidades de formação e actualização dos profissionais, no exercício da cidadania a que todos têm direito.

Na linha de uma Arquivística / Ciência da Informação, que tem como objecto a informação social, identificamos o arquivo como um sistema de informação, posicionamo-nos como um arquivista cientista e profissional da informação que, recorrendo a uma nova metodologia de abordagem, procura cada vez menos estabelecer e impor regras operativas e cada vez mais conhecer e compreender o fenómeno e o processo informacional, para depois apresentar as soluções mais adequadas.

NOTAS

1. MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. - *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archivariissen*. Haarlem, 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).
2. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; e REAL, Manuel Luís - *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Edições Afrontamento, 1999, p. 133.
3. Idem, p. 214.
4. ALVES, Ivone - *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. p. 7.
5. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; e REAL, Manuel Luís - *Op. cit.* p. 214.
6. Idem, p. 211.
7. Idem, p. 169.
8. O considerar os arquivos sistemas (semi)-fechados de informação reflecte exactamente o peso que o factor funcionalidade vai ganhando, no decurso do processo informacional.
9. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; e REAL, Manuel Luís - *Op. cit.* p. 170.
10. Idem, p. 173-182.
11. Idem, p. 175.
12. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. Missão para a Sociedade da Informação – *Livro verde para a sociedade da informação em Portugal*. Lisboa : Ministério da Ciência e da Tecnologia, Missão para a Sociedade da Informação, 1997, p. 19.

